



MÚSICA NO CAMPUS: UM PROJETO DE EXTENSÃO E CULTURA MOBILIZADOR DA SOCIEDADE

Flavia Maria Cruvinel (UFG)¹

O presente artigo pretende apresentar o Projeto Música no Câmpus como um difusor de arte e cultura e um mobilizador da comunidade interna e externa à UFG. Partindo da discussão da política pública brasileira e do papel da universidade na democratização do acesso à produção, formação e difusão cultural, a experiência do projeto Música no Câmpus é apresentada como um propulsor para o fortalecimento e a valorização das diversas manifestações musicais brasileiras, apontando para um possível trabalho em rede, a partir do entendimento que as instituições públicas de ensino superior formam uma das plataformas culturais brasileiras.

I. Estado e Cultura: políticas públicas

A definição de uma Política Cultural clara, com sistematização de práticas, marcos legais, investimentos de recursos humanos e financeiros em ações estruturais, parece ser urgente no mundo do século XXI. Vivemos em uma Sociedade de Informação, que pretende tornar-se de Conhecimento. É notório que em uma sociedade de consumo, o volátil e o descartável são qualidades que marcam o momento, tornando esta tarefa árdua e complexa.

Apesar dos esforços do Estado para o desenvolvimento de uma política de cultura, a partir da criação do Ministério da Cultura em 1985 e da proposição e

¹ Professora da Escola de Música e Artes Cênicas. Coordenadora de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (gestão 2009-2013). Atualmente, é Coordenadora Geral de Cultura e Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura. flavia_maria_cruvinel@ufg.br

da implementação do Sistema Nacional de Cultura nas gestões de Gilberto Gil-Juca Ferreira, constata-se que os anseios das instituições culturais e da sociedade civil ainda estão longe de ser sanados.

Para que seja definida uma Política de Cultura de Estado, os primeiros pontos a serem observados são: qual é a sociedade em que vivemos e qual é a sociedade em que queremos viver. A cultura é entendida como expressão simbólica, mas também como um vetor para o desenvolvimento e um direito à cidadania, tornando-se imprescindível estabelecer novos caminhos.

Em um Estado Democrático de Direito, o direito cultural passa a ser observado. No Brasil, constata-se que o texto expresso no art. 215 da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, é um marco legal indiscutível. O entendimento que todos os cidadãos devem ter acesso à cultura, nos leva a um campo político importante, onde pactua-se que os direitos culturais de todos brasileiros devem ser garantidos. Apesar do avanço legal, a implementação de ações e de programas de democratização do acesso aos bens culturais ainda caminha a passos lentos e descoordenados. Essa realidade política não é exclusividade da área cultural.

Mata Machado (2011, p. 16) reconhece à problemática quando discorre sobre os conceitos que permearam a estruturação, a institucionalização e a implementação do Sistema Nacional de Cultura quando afirma que “a política cultural, entendida como política pública, precisa ser planejada, estruturada, institucionalizada, aberta à participação da sociedade nas suas decisões e, sobretudo, dotada de recursos públicos, materiais e humanos”.

A participação da sociedade civil nesta construção é essencial. Teixeira Coelho (1997) já apontava para a necessidade de construção de um Sistema de Cultura a partir do entendimento que este é imprescindível para o desenvolvimento humano e consequente, social de um país, já a cultura “integra o lote de bens públicos como a saúde, a educação e o bem estar social de um modo amplo” (Teixeira Coelho, 1997, p. 10). Nesse sentido, uma política cultural que não fortalece a sociedade civil e não atendendo seus anseios, não teria razão de ser. O autor ressalta a diferença de política pública da política de governo ou partidária, sendo assim, em uma democracia participativa, a sociedade civil representa a si mesma (p. 17).

Com bases nestes conceitos, o Sistema Nacional de Cultura – SNC é implementado de forma gradual, a partir da realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, Reorganização dos Conselhos de Cultura nas três esferas, a elaboração do Plano Nacional de Cultura – base para os planos estaduais e municipais, além da criação de vários programas e projetos de fomento. A Concepção Tridimensional de Cultura é o fundamento da Política Cultural, que aponta para as dimensões – simbólica, cidadã e econômica. Estes conceitos desembocaram nos princípios que regem o SNC e que devem nortear a política cultural das universidades públicas. São eles: 1) diversidade das expressões culturais; 2) universalização à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; 3) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; 4) cooperação entre entes federado, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; 5) integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; 6) complementaridade nos papéis dos agentes culturais; 7) transversalidade das políticas culturais; 8) autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; 9) transparência e compartilhamento das informações; 10) democratização dos processos decisórios com participação e controle social; 11) descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; 12) ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Um marco importante na democratização do acesso aos bens culturais é o Programa Cultura Viva. A partir dos Pontos de Cultura, ação prioritária do programa, construiu-se uma rede de agentes culturais – artistas, produtores, gestores, articulando e disseminando ações nas comunidades. A partir do modelo de gestão compartilhada, estado e sociedade civil traçam projetos e ações geridos pelos Pontos de Cultura, fortalecendo as entidades culturais e suas iniciativas, intercâmbios estéticos e interculturais, bem como, a produção, fruição, formação e difusão de cultura.

O protagonismo das universidades públicas no Brasil é primordial para que se estabeleça uma política cultural estruturada e qualificada. O compromisso social das universidades para o desenvolvimento e a transformação do país, a partir do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, é cada vez mais cobrado. Inúmeras são as ações, projetos e programas na área cultural desenvolvidas pelas universidades ou por meio de suas parcerias. A inserção permanente das atividades culturais nas universidades brasileiras já é uma realidade.

2. Cultura e Universidade: o papel da universidade na democratização do acesso à produção, formação e difusão

O binômio Cultura e Universidade constitui-se em um propulsor de movimentos artísticos e culturais que modificam conceitos, estéticas, metodologias de criação, difusão, produção e gestão cultural. O legado de grandes educadores para a cultura do país é inegável: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Milton Santos, entre outros.

Um marco importante quando se trata de Cultura e de Universidade se dá a partir da constituição do Centro Popular de Cultura em 1960. O conceito de Extensão Universitária vai além do assistencialista, mas sim, busca ações construídas no e para o coletivo. Segundo Rocha (1996) apud Duch (2006, p.28) com a constituição do Centro Popular de Cultura, o Brasil passa a vivenciar concretamente as práticas similares em outros países latino-americanos, “chegando-se inclusive a pensar na constituição de uma grande Universidade Popular que sequenciaria uma ampla campanha de alfabetização coordenada por Paulo Freire, lamentavelmente, não concretizada em função dos projetos do Governo Tecnocrático – Militar, que assumiu o poder do Brasil, no ano de 1964”.

Os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, os chamados CPC's da UNE, foram influenciados pelo Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. De dezembro de 1961 a março de 1964, o CPC foi criado a partir da união de um grupo de intelectuais de esquerda, líderes estudantis e jovens artistas de variadas áreas – teatro, música, literatura, cinema, artes plásticas, que almejava criar e/ou divulgar uma “arte popular revolucionária”, ou seja, a cultura popular em confronto com as expressões artísticas e culturais até então vigente. Pregavam a necessidade da postura engajada do artista e uma arte voltada para o coletivo.

São anos produtivos com filmes, publicações, oficinas de literatura de cordel, teatro de rua, na música a valorização do popular, do samba de morro. Participaram ativamente deste grupo o sociólogo Carlos Estevam Martins, o dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, o cineasta Leon Hirzman, o cineasta Cacá Diegues, o poeta Ferreira Gullar, entre outros. Na música, Vinícius de Moraes, João do Vale, Nara Leão, Maria Betânia aderem ao movimento. Compositores como Cartola, Zé Kéti, Nelson Cavaquinho, até então desconhecidos, são apresentados pelo movimento ao grande público.

Outro momento de contribuição decisiva de uma universidade para a cultura brasileira, se deu na cidade de Salvador, nos anos 60, na Universidade Federal da

Bahia. “Um período especialmente rico para os artistas e intelectuais da Bahia, que pode ser chamado de Era Edgard Santos” (Calado, 1997, p.34).

Edgard Santos, figura ímpar na história da educação e cultura brasileira, foi o primeiro reitor da Universidade Federal da Bahia em 1946, sendo reeleito ou reconduzido ao cargo até 1961. Segundo Calado (1997), Santos idealizou uma espécie de choque intelectual, investindo pesado no avanço cultural da instituição e da cidade, com a finalidade de reverter à marginalização cultural da Bahia dos anos 40. Aos invés de contratar professores retrógrados ou incentivar artistas convencionais, Edgard Santos apostou na inovação e na inteligência.

A partir desse pensamento, Santos trouxe para a UFBA, professores e artistas – “grandes cabeças”, como o maestro e compositor alemão Hans-Joachim Koellreutter, que coordenou os Seminários Livres de Música em Salvador; os músicos suíços Anton Walter Smetak e Ernest Widmer; a arquiteta italiana Lina Bo Bardi para a direção do Museu de Arte da Bahia; a bailarina polonesa Yanka Rudzka, diretora da Escola de Dança; o antropólogo e fotógrafo francês Pierre Verger; o filósofo, poeta e ensaísta português Agostinho da Silva, que criou o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO); e o cenógrafo e diretor de teatro Eros Martins Gonçalves, pernambucano, que dirigia a Escola de Teatro, entre outros.

Na gestão de Edgard Santos os movimentos de arte e cultura da UFBA interagiam com os movimentos culturais de Salvador que tinham como protagonistas: Walter da Silveira, crítico de cinema; Milton Santos, geógrafo; Diógenes Rebouças, arquiteto e urbanista; Mário Cravo e Carybé, artistas plásticos; além dos jovens – alguns alunos da UFBA, Glauber Rocha, Caetano Veloso, Waly Salomão, João Ubaldo Ribeiro, Rogério Duarte, Roberto Pinho, José Carlos Capinan, Gilberto Gil, Carlos Nelson Coutinho, Duda Machado.

Sem dúvida, a contribuição da Universidade Federal da Bahia, para Salvador e para o Brasil, ainda ressoam no momento presente. Risério (1995) cita Jorge Amado que descreve no livro *Bahia de Todos os Santos – Guia de Ruas e Mistérios* que o Edgard Santos era um misto de fidalgo da Renascença e um dinâmico cidadão do mundo. “A ele se deve, em grande parte, o atual prestígio cultural da Bahia, o desenvolvimento não apenas dos estudos universitários mas de toda nossa vida intelectual” (AMADO apud RISÉRIO, 1995).

Outra personalidade que relatou sobre a importância do trabalho de Edgard Santos para Salvador e sua vida, foi o cantor e compositor Caetano Veloso, na

apresentação do livro *Avant-garde na Bahia*:“(...) O fato de a Universidade estar tão presente na vida da cidade, com seu programa de formação artística levado a cabo por criadores arrojados chamados à Bahia pelo improvável Reitor Edgard Santos, fazia de minha vida ali um deslumbramento”.

Poderíamos destacar outros exemplos de universidades que incidem na vida cultural brasileira como Universidade Federal do Rio de Janeiro com a Escola de Música, antigo Conservatório Imperial; a Universidade de São Paulo com inúmeras ações, projetos e programas de Extensão e Cultura como o Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC), o Centro de Preservação Cultural (CPC), o Teatro da USP, o Cinema da USP Paulo Emílio; o Coral e as Orquestras Sinfônica e de Câmara da USP; a Universidade de Brasília, fundada por nomes comprometidos com a transformação do país, como antropólogo Darcy Ribeiro, que definiu as bases da instituição, o educador Anísio Teixeira, que planejou o modelo pedagógico, o arquiteto Oscar Niemeyer, que transformou as ideias em prédios, e teve como missão inicial ser um pólo de pesquisas e produções acadêmicas de ponta visando o desenvolvimento da realidade brasileira.

Apesar dos exemplos citados, além de tantos outros, a falta de sistematização de políticas públicas de Cultura nas universidades desvela uma realidade onde os movimentos culturais no ambiente universitário, não raro, são fomentados por um grupo de pessoas idealistas – gestores, professores, alunos e pela própria comunidade acadêmica, carecendo de uma política institucionalizada.

A Extensão e Cultura Universitária nos últimos 20 anos vem buscando construir uma política que facilite a interação entre Universidade e Sociedade. A partir da reabertura política, a revitalização dos movimentos sociais na tentativa de garantir o estado democrático de direito e justiça social se torna a tônica do momento. A luta pela redemocratização do Brasil, pela anistia, contra a tortura, contra a política de extermínios, pelos Direitos Humanos e pelas eleições diretas, eram bandeiras que movimentavam a cena política e social. Diretas Já (1983), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985); Pastoral do Menor – Igreja Católica contra o extermínio e direito da criança e do adolescente; Assembleia Constituinte (1987/1988) foram movimentos importantes para a instituição da democracia brasileira.

No meio universitário, não foi diferente. Em 1987, foi realizado na Universidade de Brasília o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasileiras. Segundo o documento final do encontro, a extensão universitária “é o processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (Nogueira, 2000, p. 11). O mesmo documento destaca que,

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.” (I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987)

Em 1992 foi realizado o VI Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em Santa Maria-RS com o tema “Universidade e Cultura”, onde deliberou-se sobre área de artístico-cultural na extensão. Das proposições e recomendações nas variadas áreas artísticas, destaca-se a necessidade de definição da política cultural de cada universidade; o apoio às ações culturais já existentes em cada instituição; a necessidade de alocação de recursos para a área cultural nas universidades; necessidade de levantamento dos espaços culturais e equipamentos em cada Instituição de Ensino Superior; a intenção de formação de “corredores culturais regionais” e em nível nacional, propiciando o intercâmbio entre universidades e a circulação de suas produções artísticas, entre outras.

A partir dos encontros do Forproex – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criou-se a RENEX – Rede Nacional de Extensão que coordena o Sistema de Informações de Extensão, ou seja, o banco de dados sobre as ações da extensão universitária brasileira. Da mesma forma, o PROEXT – Programa de Extensão Universitária, ligado ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior, foi criado e atualmente constitui-se na principal ação de fomento à extensão.

3. Música no Câmpus: música como elemento agregador e transformador

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás, a partir de 2006 iniciou uma nova fase da política cultural na instituição. A partir do fortalecimento e da valorização das diversas manifestações culturais existentes na sociedade, novas demandas e espaços de cultura foram fomentados, tendo como pilares a diversidade cultural, a qualidade estética e a inovação.

A construção e recuperação de equipamentos culturais foram tarefas que propiciaram a produção, a difusão e a circulação de variados bens culturais. A criação do Cine UFG, a criação da TV UFG, a construção do Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freüa Bufáical, a reformulação da Revista UFG, a reforma do Espaço Cultural da UFG, antigo Galpão da UFG, reinaugurado como Centro Cultural UFG foram ações importantíssimas para que se pudesse desenvolver uma programação cultural intensa, comprometida com a democratização do acesso e inclusão sociocultural, sem abrir mão da qualidade e dos conceitos estéticos e culturais.

Com a criação da Coordenação de Cultura, em 2009, a partir do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, vários desafios e escolhas nos foram colocados.

O primeiro desafio, encomendado pelo MM. Reitor Edward Madureira Brasil e pelo Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Anselmo Pessoa Neto, foi ocupar o Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freüa Bufáical com alguma atividade cultural. A partir do estudo das características do espaço – proporções gigantescas de palco e salão, constatou-se que seria impossível propor um projeto de extensão e cultura de teatro, dança ou música clássica, mas sim, a partir da música popular. Pelas condições técnicas e estrutura, decidiu-se que elaboraríamos um projeto de extensão, a partir da Música Popular. Pela localização do espaço - Campus Samambaia, distante da rota natural de grande parte da população da cidade, alguns pontos foram minuciosamente trabalhados: como colocar a Universidade Federal de Goiás como rota da comunidade externa, a partir de um projeto de extensão e cultura que mobilizasse grande parte da comunidade acadêmica e goianiense? Como o projeto poderia atrair milhares de pessoas em torno de show musicais de qualidade e com artista nem sempre conhecidos do grande público? Como instigar as pessoas a conhecerem a diversidade cultural brasileira, permanecendo na UFG ou saindo de suas casas para assistirem à programação?

A partir destas questões, passamos a analisar a cena cultural goianiense e optamos em trabalhar com a lacuna, com o que “faltava” para enriquecer o movimento de cultura da comunidade interna e externa à UFG. A partir desta análise, o projeto Música no Câmpus começa a ser delineado.

Como é notório, a música está presente na vida social de várias maneiras, seja para louvar a divindade, imitar a natureza e homenagear os entes ancestrais até passar mensagens educativas, de divertimento, de protesto, de exaltação. O poder mágico que a música exerce sobre a vida do homem e sua cultura é indiscutível; seja pela crença de manifestação do sobrenatural por meio dela, seja pelo imaginário que a arte musical remete, transformando músicos em “semideuses”.

Da criação e execução musical, passando pela formação e pelo uso terapêutico, inúmeras são as funções da música na sociedade. Merriam (1964) categorizou as funções sociais da música, a partir do estudo comparativo dos fenômenos musicais em diversas sociedades ocidentais, da seguinte maneira: 1) expressão emocional; 2) prazer estético; 4) divertimento; 5) comunicação; 6) representação simbólica; 7) impor conformidade às normas sociais; 8) validação das instituições sociais e dos rituais religiosos; 9) contribuição para a continuidade e estabilidade da cultura; 10) contribuição para a integração da sociedade.

A partir da definição do conceito do Projeto Música no Câmpus – apresentar shows com músicos reconhecidos por sua excelência musical, nem sempre conhecidos do grande Público, cujos trabalhos espelhassem a diversidade da música popular brasileira, os objetivos iniciais do projeto começaram a ser delineados:

Oferecer à comunidade interna e externa concertos de grande qualidade artística a preços acessíveis; Manter a cidade de Goiânia como pólo cultural trazendo para a cidade grandes músicos locais e nacionais; Aproximar a Universidade e a Comunidade democratizando o acesso a bens culturais; Proporcionar a aproximação dos estudantes, músicos e comunidade em geral por meio de atividades pré-concerto como palestras e oficinas (CRUVINEL, Projeto Música no Câmpus, 2009).

Desde o início, o Música no Câmpus foi pensado como “projeto”, de ações contínuas e integradas. Por isso, o projeto foi dividido em três principais ações com variados desdobramentos: 1) A realização dos shows a preços populares; 2) A realização de “Conversas” com os artistas, abertas para o público em geral; 3) A Formação de Plateia, focando as escolas públicas.

Após o projeto ser delineado, criado o conceito de levar para UFG e comunidade em geral shows/artistas que espelham a riqueza e diversidade musical/cultural brasileira, reconhecidos pela comunidade artística, mas nem sempre, conhecidos do grande público; o segundo passo seria a busca de parcerias para que o projeto saísse do campo das ideias e do papel para a concretude.

Sem nenhum recurso inicial, somente o espaço e a disposição – “saliva, suor e sola de sapato”, passamos a identificar possíveis parceiros. Inúmeros foram contatados, a partir do discurso da importância do investimento em cultura para o desenvolvimento social do país. Após inúmeras visitas, conversas e quilômetros rodados, os parceiros foram se delineando para o primeiro show: o Sesc – Goiás (cachês dos músicos e contratação de sonorização e iluminação), a antiga AGEPEL, hoje, Secretaria de Estado da Cultura, (passagens aéreas); o antigo Address West Side Hotel (hospedagem); SEBRAE-Goiás (equipe de apoio – produção e van para traslado); Restaurante Panela Mágica (almoço); Restaurante & Bar Glória (jantar e camarim), Studio K (desconto no serviço de sonorização e iluminação), ADUFG (compra de ingressos para os associados), DaLuz Cultura/Educarte (locação de transporte para levar alunos da educação básica para os shows).

Da alegria de sensibilizar parceiros em prol da realização do projeto, outros pontos foram observados. O projeto estava sendo pensado para ser duradouro, nada poderia dar “errado” nesta estreia. Precisávamos que o projeto comunicasse uma “marca”, uma identidade visual que chegasse na comunidade de forma cativante e inovadora, atraindo os olhares de um público futuro. Neste momento discutimos com a então estagiária, Sarah Ottoni, a criação do design gráfico. Era importante que o “Câmpus” fosse marcado. Posso afirmar que o design gráfico foi um elemento primordial no *marketing cultural* do projeto.

E o ponto mais relevante: a escolha dos músicos que representariam a riqueza musical brasileira neste primeiro momento. A partir dos recursos captados, optou-se para o show de estreia apresentar o único gênero musical reconhecido como genuinamente brasileiro: o choro. Assim sendo, o escolhido foi Hamilton de Holanda Quinteto. Alcançando um público surpreendente, aproximadamente 1.100 pessoas, o que gerou confiabilidade e um sentimento de “caminho certo”, qual seria a próxima atração? Esta é uma equação extremamente difícil – medir o recurso disponível com qualidade do espetáculo apresentado. Decidimos pelo show de Mônica Salmaso e Pau Brasil apresentando as músicas de Chico Buarque.

Novamente, sucesso de público – aproximadamente 2.000 pessoas e crítica, veio o show de comemoração aos 49 anos da UFG: Lenine e banda. Quase 6.000 pessoas, o burburinho na cidade sobre os “shows na UFG” e o que é mais importante, a formação de plateia para fruir grandes músicos e compositores da música brasileira.

Após a primeira e histórica temporada, outros nomes deixaram sua marca, em um caleidoscópio musical brasileiro: Antônio Nóbrega, Zeca Baleiro, Teresa Cristina, Leila Pinheiro e Banda Pequi, Gilberto Gil e Macaco Bong (2010); Tom Zé, Mawaca, Tetê e Alzirá E., Xangai, Juraídes da Cruz, Umbando, Céu, Ná Ozzetti (2011); Criolo, Chico César, Moraes Moreira e Davi Moraes, Rosa Passos e Gal Costa (2012); Alceu Valença, Baby do Brasil, Jorge Mautner, Otto e Milton Nascimento & Lô Borges (2013). Cada temporada é permeada por variados gêneros e estilos musicais, contemplando públicos variados, de acordo com as premissas da Convenção da Unesco.

A presença do público goianiense superou as expectativas da organização, com números de expectadores acima da média, reafirmando a necessidade e o desejo da cidade de Goiânia em consolidar este projeto como parte de seu calendário artístico e cultural. O projeto Música no Câmpus alcançou de 2009-2013 aproximadamente 51.900 (cinquenta e um mil e novecentas pessoas), com uma média de 2256 (dois mil e duzentos e cinquenta e seis) espectadores/show.

Outra vertente trabalhada foi aproximar o público dos artistas, com as chamadas “Conversas”. Os alunos e os professores da UFG, além da comunidade em geral, puderam ouvir os músicos nos dias dos shows, antes da passagem de som, com entrada gratuita. Participaram das conversas: Hamilton Holanda Quinteto (22 de setembro de 2009), Mônica Salmaso e Pau Brasil (10 de novembro

de 2009), Antônio Nóbrega (27 de abril de 2010), Tereza Cristina (21 de setembro de 2010) ocorridos no Teatro Belkiss Spencièrre Carneiro de Mendonça- Escola de Música e Artes Cênicas da UFG – Câmpus Samambaia; e ainda, Leila Pinheiro, Nelson Faria e Banda Pequi (16 de novembro de 2010) no Sebrae-Goiás; Tom Zé (26 de abril de 2011) e Magda Pucci – Mawaca (21 de junho de 2011) ocorridos na Escola de Música e Artes Cênicas da UFG; e Jorge Mautner e Jards Macalé (18 de setembro de 2013) no Centro Cultural UFG.

No sentido de democratizar o acesso aos bens culturais e formar plateia foram disponibilizados ingressos para alunos da Rede Pública de Ensino.

Outro ponto a ser destacado em refere-se a mudança de mentalidade em relação as chamadas cortesias. O ingresso Parceiro foi criado partindo do pensamento de que “cultura não é de graça”, mas custa. Não existe gratuidade, mas sim colaboração. Dessa forma, o ingresso Parceiro tornou-se uma contrapartida para quem investiu no projeto ou para aqueles que se tornaram colaboradores na divulgação do projeto, a partir da distribuição de *flyers*, colagem de cartazes ou compartilhamentos nas redes sociais.

4. Reflexões e possíveis caminhos

Entendemos que as universidades públicas são Plataformas Culturais naturais, que por meio dos seus equipamentos culturais, corpo docente e técnico-administrativo permanente e qualificado, sua comunidade interna e externa, parceiros, formam uma rede de cultura.

Em sintonia com os pilares do Plano Nacional de Cultura e política de extensão e cultura disseminado pelo ForProex, o projeto Música no Câmpus mobilizou no período de 2009-2013, a comunidade acadêmica e

a comunidade em geral, apresentando não só a Universidade Federal de Goiás mas a cidade de Goiânia como fonte geradora de cultura e arte.

Lembrando da máxima, “o caminho se faz caminhando”, a produção e gestão do Música no Câmpus foi construída a partir da práxis, do aprender-fazendo, da avaliação e reorganização dos procedimentos.

Um ponto a ser destacado foi o papel da PROEC-UFG como articuladora de parcerias, destacando a com o Sesc-Goiás; e como “radar” dos movimentos culturais e artísticos. Da mesma forma, a curadoria, sintonizada com o tradicional e o novo, possibilitou uma programação diversa, apresentando novas estéticas e tendências, mas artistas já clássicos da MPB, do samba, do choro, reafirmando a vocação e o compromisso da universidade com a preservação e com a inovação do conhecimento.

Com uma programação de qualidade, com o permanente aprimoramento técnico – equipamentos e equipe de trabalho, com o esmero na recepção do público e dos artistas, com uma comunicação por meio de cartazes, *flyers*, *outdoors*, *fan pages* em redes sociais, a fidelização do público foi alcançada, atraindo a cada show, milhares de pessoas, alcançando repercussão nacional.

Pensa-se que a partir da experiência do projeto Música no Câmpus em Goiânia, podemos vislumbrar sua expansão para as outras regionais da UFG, bem como, à outras instituições públicas de ensino superior, em um trabalho em rede, construindo uma possível Plataforma Cultural Universitária no país.

Referências

BRASIL. Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 108p.

BRASIL. Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. 83p.

BRASIL. Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais. 2 edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. 100p.

BRASIL. As metas do Plano Nacional de Cultura. São Paulo: Instituto Via Pública. Brasília: Ministério da Cultura, 2002. 216p.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado dia 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.1/92 a 56/07 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.1

a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 464p.

BLOG JEITO BAIANO. Disponível em: <<http://jeito-baiano.atarde.uol.com.br/?p=2644>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

CALADO, Carlos. Tropicália: a história de uma revolução musical. São Paulo: Editora 34, 1997. 304p.

DUCH, Fernando Ferrari. Interface Extensão Universitária e Cultura Interdisciplinar. Dissertação (mestrado) – Universidade Braz Cubas. Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes: UBC, 2006. 97 f.

NOGUEIRA, Maria da Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG; o Fórum, 2000. 196p.

PETERS, Débora; MORAES, Geraldo. Diversidade Cultural e A Convenção da UNESCO. Brasil: CBC, CBDC e Fundação Ford, 2006. 178p.

RISÉRIO, Antonio. Avant-Garde na Bahia. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

RISÉRIO, Antônio. Edgard Santos e a Reinvenção da Bahia. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2003, 476p.